

ECONEGÓCIO DAS FIBRAS DE CIPÓS DA MATA ATLÂNTICA

Aniran Lins Cavalcante¹
Jaênes Miranda Alves²
Marcelo Henrique Siqueira de Araújo³
Mônica de Moura Pires⁴

RESUMO: *Os produtos extrativistas têm-se apresentado como uma alternativa de atividade dentro do econegócio da Mata Atlântica nos municípios de Ilhéus e Itabuna. No entanto, sobre esta atividade tem pouco ou nenhum estudo realizado, especialmente para a região sul da Bahia. Portanto, tornam-se relevantes trabalhos sobre os aspectos econômicos, ambientais e sociais desta atividade, de maneira que possam subsidiar formação de políticas de uso desses recursos. O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a atividade do econegócio do extrativismo da fibra vegetal (cipó) da Mata Atlântica do Sul da Bahia nos municípios de Ilhéus e Itabuna, enfocando os aspectos econômico, social e ambiental. Utilizou-se neste estudo exploratório o método da estatística descritiva. O artesanato a partir de fibras vegetais (cipó) da Mata Atlântica do Sul da Bahia foi identificado como uma alternativa para diversificação da economia das famílias extrativistas, dos artesões, e dos comerciantes na região, em especial, nos municípios objeto deste estudo, Ilhéus e Itabuna, com perspectivas de geração de emprego e renda, observando-se que a maioria dos comerciantes e artesões entrevistados nestas duas cidade se concentram em Ilhéus e que as maiores rendas e quantidades de produtos vendidos ocorrem no período de alta estação. Os comerciantes e artesões demonstram conhecimentos quanto à questão ambiental relacionada à extração da matéria-prima para seus produtos.*

Palavras-chave: Extrativismo; Artesanato; Comercialização.

I. INTRODUÇÃO

A região sul da Bahia, também conhecida como região cacauceira, teve sua importância na economia baiana em função da sua principal atividade econômica, o cultivo do cacau (*Theobroma cacao*).

A partir de 1985, com excesso de oferta e elevação dos estoques reguladores mundiais, os preços do cacau começaram a decrescer. Assim essas flutuações dos preços internacionais provocaram uma profunda crise na cacauicultura mundial, afetando com intensidade a produção nacional.

Assim a diversificação das atividades econômicas tem sido apontada como uma das alternativas para alavancar o desenvolvimento da região. No entanto, esse desenvolvimento deve ser baseado em uma forma sustentável de produção sob o ponto de vista econômico, ambiental e social. Nesse sentido destacam-se algumas alternativas como o turismo, que vem fomentando algumas economias locais da Costa do Cacau (parte da região produz cacau), principalmente nos municípios de Ilhéus, Itacaré e Canavieiras, atividade de serviços e comércio, o caso do município de Itabuna, e atividade que propicia produtos considerados ecológicos originando, o que é denominado econegócio.

¹ Economista. E-mail: <anyranlyns@yahoo.com.br>.

² Professor doutor e titular da UESC, Ilhéus-Bahia. E-mail: <jaenes@uesc.br>.

³ Pesquisador do Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB), mestre em Planejamento Ambiental (Unicamp). Email: <maraujo@iesb.org.br>.

⁴ Professora doutora e titular da UESC, Ilhéus-Bahia. E-mail: <mpires@uesc.br>.

O econegócio é um segmento de mercado que reúne produtos e serviços que contribuem para a conservação ambiental, ou que utilizem métodos mais racionais do uso dos recursos naturais para a produção de bens e serviços, baseando-se nos critérios de sustentabilidade.

Particularmente, os produtos extrativistas têm-se apresentado como uma alternativa de atividade dentro do econegócio regional. No entanto, sobre esta atividade necessita-se de mais estudos, especialmente do ponto de vista econômico para a região sul da Bahia, já que os existentes se referem apenas aos aspectos da catalogação das espécies vegetais, como o trabalho realizado pelo Conselho Nacional da Biosfera da Mata Atlântica (2003). Portanto, tornam-se relevantes trabalhos sobre os aspectos econômicos, ambientais e sociais dessa atividade, de maneira que contribuam e subsidiem nas medidas de políticas e planejamento do uso de recursos naturais da Mata Atlântica da região sul baiana.

Neste estudo, em particular, a questão que se coloca é: de que forma estão sendo utilizados os recursos naturais da Mata Atlântica desta região? Qual sua importância econômica e social?

1.1 Objetivos

1.1.1 Geral

Analisar a atividade do econegócio do extrativismo da fibra vegetal (cipó) da Mata Atlântica do Sul da Bahia nos municípios de Ilhéus e Itabuna, enfocando os aspectos: econômico, social e ambiental.

1.1.2 Específicos

- estimar a receita total anual gerada com esse recurso da Mata Atlântica nos municípios estudados.
- mensurar a importância social desta atividade em termos de geração de emprego e renda;
- determinar a renda média mensal dos artesões e comerciantes de produtos de origem artesanal que utilizam a fibra vegetal (cipó) em Ilhéus e Itabuna;
- identificar os produtos feitos por artesãos e os vendidos pelos comerciantes que possuem em sua composição a fibra vegetal (cipó).
- mensurar os custos de produção dos artesãos com mão-de-obra e matéria-prima com a produção artesanal.
- identificar os principais destinos dos produtos feitos pelos artesões;
- mensurar as participações dos municípios de Ilhéus e Itabuna no econegócio da fibra vegetal;
- identificar as margens de comercialização dos comerciantes dos preços de compra e venda dos produtos artesanais.

II. REFERENCIAL TEÓRICO

Este trabalho se fundamenta nos principais conceitos de externalidades, econegócio, desenvolvimento econômico e desenvolvimento sustentável, economia ecológica, manejo sustentável e o extrativismo, os quais serão conceituados e expostos a seguir.

2.1 Externalidades

Segundo Gregory (2004), externalidades são falhas de mercado, que surgem quando uma pessoa se dedica a uma ação que provoca impacto no bem-estar de um terceiro que não participa dessa ação, sem pagar nem receber nenhuma compensação por esse impacto. Se o impacto sobre o bem-estar é adverso, é chamada externalidade negativa; se for benéfico, é chamado de externalidade positiva.

2.2 Econegócio

O econegócio é o segmento de mercado que reúne produtos e serviços relacionados com a conservação ambiental, ou que utilizam métodos mais racionais de uso dos recursos naturais para a produção de bens e serviços, baseando-se nos critérios de sustentabilidade, como por exemplo, energias alternativas, reciclagem de resíduos sólidos, uso de produtos florestais não madeireiros etc. O Brasil é um dos países melhor posicionados para explorar a valorização das práticas ecologicamente corretas e internalizar a imagem “verde” em seus produtos (AMBIENTE BRASIL, 2006). Isto porque ainda apresenta expressivas áreas territoriais com recursos naturais.

Esta atividade surge como uma nova alternativa de atividade econômica. Isto coincide com o momento em que uma das exigências do mercado atual é a preocupação com o impacto da cadeia produtiva no meio ambiente, também redonda na responsabilidade com os trabalhadores e toda a população, que precisa do ambiente sadio para viver.

Segundo Ferreira (2006), o econegócio brasileiro está em franca expansão. O BNDES, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia são signatários do Protocolo Verde, que é uma iniciativa do governo federal que estabeleceu as bases para incorporar a variável ambiental nas análises de projetos de crédito bancário.

2.3 Desenvolvimento econômico versus desenvolvimento sustentável

Desenvolvimento econômico é um conjunto de transformações intimamente associadas, produzidas na estrutura de uma economia, e que são necessárias à continuidade de seu crescimento. Essas mudanças diz respeito à composição da demanda, da produção e dos empregos, assim como da estrutura do comércio exterior e dos movimentos estruturais e definem a passagem de um sistema econômico tradicional para um sistema econômico moderno (CHENERY, 1981).

Gatto (1995) aponta pelo menos três definições para sustentabilidade: 1) a do “biólogo aplicado”, como sinônimo de rendimento sustentado; 2) a do “ecólogo”, como abundância sustentada e diversidade genotípica de espécies e 3) a do “economista”, como desenvolvimento sustentado sem comprometer os recursos destinados para as gerações futuras. O mesmo autor indica que, além das definições imprecisas mencionadas, a incerteza e os aspectos dinâmicos dos recursos naturais (capital natural) tornam a discussão sobre sustentabilidade infrutífera.

Análoga com a definição anterior, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, (1991) definem como sustentável o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades.

O conceito de sustentabilidade deve ser analisado como alternativa de crescimento econômico. A natureza é indiscutivelmente a base necessária e indispensável da economia moderna e das vidas de todas as gerações presentes e futuras. O desenvolvimento baseado na

sustentabilidade traduz qualificação, crescimento e reconciliação entre desenvolvimento econômico e a necessidade de se preservar o meio ambiente (BINSWAGNER, 1997).

Os conceitos de desenvolvimento econômico e desenvolvimento sustentável estão relacionados ao econegócio por considerá-lo como um fator do próprio desenvolvimento econômico e que pode ser sustentável.

2.4 Economia ecológica

O conceito de economia ecológica surgiu no final da década de 1980, sendo definida conforme Constanza (1994), como “um novo campo, transdisciplinar que estabelece relações entre ecossistemas e o sistema econômico”, utilizando-se de uma síntese dos conceitos econômicos e ecológicos, embora diferindo dessas disciplinas no que tange à percepção dos problemas e na importância atribuída às interações econômicas-ambientais.

2.5 Manejo sustentável e o extrativismo

Em termos práticos o econegócio permeia os aspectos do manejo sustentável e, ao que se relaciona neste estudo, o sistema de produção do extrativismo.

O manejo sustentável é uma técnica que garante um novo modo de se relacionar com a floresta, podendo gerar vários benefícios à comunidade, com o aumento da renda e criação de empregos, propiciando ao cidadão a oportunidade de se fixar no campo com dignidade e de maneira duradoura (PETTA, 1999).

III. METODOLOGIA

3.1 Área de estudo

Este estudo abrange os municípios de Ilhéus e Itabuna, localizados no sul do Estado da Bahia, região que conserva relevantes remanescentes da Mata Atlântica. Juntos possuem quase 500 mil habitantes e uma área territorial de cerca de 2000 mil km², segundo informações obtidas pelo IBGE (2001).

3.2 Modelo empírico

Visto que esse trabalho tem como propósito analisar a economia extrativista dos recursos naturais da Mata Atlântica, em relação à produção artesanal, principalmente das fibras, e de como essa atividade contribui em termos de geração de renda e emprego na região e se caracteriza como um nicho de mercado, ele se fundamentará em aspectos da teoria de comercialização com o estudo determinado de método por mercadorias que aborda os demais métodos, o funcional e o estrutural, conforme Steele et al. (1971).

O aspecto do método de estudo por mercadoria abordado neste trabalho relaciona-se à gestão de compra, venda, transporte, beneficiamento ou processamento, margens de comercialização, canais de comercialização e informações do mercado em termos de pessoas físicas e jurídicas agentes econômicos na atividade do econegócio.

A operacionalização deste estudo exploratório se deu com base no método da estatística descritiva utilizando medidas de posição como a média, a distribuição de frequência e de

representações tabulares e gráficas. Este método permite a organização e descrição dos dados de forma que se possam analisá-los e compreendê-los.

Foram feitas aplicações de formulários onde estarão contempladas as variáveis que atenderão aos objetivos deste estudo. As variáveis estudadas estão relacionadas a preços, custos, quantidades e origem da matéria-prima, a fibra denominada de cipó, especificamente a originada da Mata Atlântica do Sul da Bahia.

Além da renda bruta anual mínima e máxima dos comerciantes que foram estimadas a partir dos preços mínimos e máximos obtidos para cada produto; rendas mensais dos artesões e comerciantes; o tempo de serviços de ambos, margem de comercialização, número de funcionários; os salários dos funcionários, quantidade dos produtos vendidos, tipos de matéria-prima, tipos de produtos de artesanatos com composição de fibra vegetal (cipó).

3.3 Fonte de dados

Os dados foram obtidos de fontes primárias coletados no período de maio a julho de 2006, nos municípios de Ilhéus e Itabuna. Os preços de compra e venda, quantidades comercializadas semanalmente durante os meses do ano, custos envolvendo: transporte, matéria-prima, extração, mão-de-obra do artesão, todos esses dados foram obtidos junto aos agentes desse mercado, produtor (extrator ou fornecedor), atacadista, varejista, sendo muitos desses o próprio artesão, nos municípios de Ilhéus e Itabuna.

As entrevistas foram feitas com um universo de três artesãos e onze comerciantes.

IV. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este item apresenta os resultados das entrevistas com quatro artesãos agentes de mercado (que possuem loja) que serão tratados simbolicamente sem ordem de importância por artesão A, B, C e D e onze comerciantes. O empreendimento do artesão A conta com 18 artesãos associados, incluindo o próprio responsável, o B com quatro artesões, também incluindo o responsável, o C com sete artesões e, por fim, o D que é o próprio artesão.

4.1 O ecomércio sob a ótica dos artesões

Na região cacauzeira a atividade artesanal desenvolvida a partir de fibra de cipó é praticada há décadas, contudo os artesões entrevistados já trabalham com esse material há mais de dez anos. Foram entrevistados três artesões e um representante de artesões considerados agentes de mercado, pois os 27 restantes trabalham como funcionários. Para confecção dos produtos artesanais utilizam diversos tipos de cipó como: cipó verdadeiro, cipó imbé, cipó cabolco, cipó jacaré, cipó caititu. Dois artesões adquirem de terceiros e outros dois além de adquirirem de terceiros, também colhem na mata.

O preço do cipó é definido de acordo com a dificuldade de extração na mata, o cipó verdadeiro é um dos mais caros e mais utilizados, custa normalmente entre R\$ 25,00 e R\$ 30,00 o feixe de 10kg. O cipó imbé mais grosso custa entre R\$ 0,30 a R\$ 0,80 o fio com cerca de três metros, já o imbé mais fino, o seu preço varia de R\$ 25,00/kg a R\$ 30,00/kg, enquanto o cipó caititu, custa de R\$ 20,00 a R\$ 25,00 o feixe com 30/kg.

Com relação à renda mensal, o artesão A auferir rendas que variam de R\$ 300,00 no inverno a R\$ 600,00 no verão, o artesão A ainda conta com uma renda extra que é a aposentadoria. Já o artesão B tem uma renda de R\$ 1.200,00 no período de baixa estação (inverno) e chega a mais de R\$ 2.000,00 na alta estação (verão). O artesão C, ou representante

de um grupo de artesões, com lojas, não foi possível estimar sua renda mensal. No inverno o artesão D auferiu renda mensal de R\$ 300,00 e no verão R\$ 1.000,00.

Quanto à produção, o artesão A produz em torno de 30 peças no inverno, e de 70 a 80 peças no verão. Os valores das suas peças também variam devido principalmente ao tamanho, quanto maior a peça maior o preço.

A produção do artesão B chega a 80 peças de diversos modelos no inverno e 200 peças no verão, este informa ainda que suas peças são consideradas de boa qualidade e que por isso são direcionadas para consumidores da classe média alta, atendendo principalmente turistas, sendo que os estrangeiros adquirem quase um terço da sua produção. O artesão C tem uma produção de 300 peças semanais no inverno, aumentando para mais de 400 no verão, sendo que 90% dessas peças são exportadas. Enquanto o artesão D, que apresenta a menor produção, 5 unidades no inverno e 25 no verão, seus clientes são na maioria turistas.

4.2 O ecomércio sob a ótica dos comerciantes

Quando se trata da comercialização de produtos artesanais produzidos a partir do cipó, o tempo dos comerciantes nesta atividade gira em torno de uma média de doze anos e meio, sendo que o mais velho nesse negócio está há 40 anos e o mais novo há um ano. A maioria dos comerciantes (82%) foi localizada no município de Ilhéus e os demais (18%) no município de Itabuna.

Quanto à variedade de produtos de artesanatos entre os comerciantes analisados neste estudo foram encontrados 21 tipos. Destes tipos, os mais encontrados foram as cestas em primeiro lugar, seguidos de caçar, peneira e porta-guardanapo. Verificou-se que os maiores preços são cobrados para produtos como luminária (R\$ 150,00.), caçar (R\$ 80,00.) e baú para roupas (R\$ 80,00.), valores esses para cada unidade vendida. Já os menores preços foram de porta-guardanapo (R\$ 1,00) e peneira (R\$ 10,00.). Os preços dependem do local de venda, da qualidade do material em termos de matéria-prima utilizada e acabamento, e principalmente do tamanho da peça.

No período de baixa estação da atividade turística no litoral dessa região são vendidos, em média, 600 produtos semanalmente, variando de 5 a 160 por comerciante, sendo que a maioria dos comerciantes (63,6%) vende de 5 a 36 produtos por semana e apenas 27% vendem na faixa de 129 a 160 produtos por semana, isto no período de baixa estação.

No entanto, os períodos de maiores vendas citados pelos comerciantes são o verão, o dia das mães e o dia dos namorados. No verão, período de alta estação do turismo na região, segundo a maioria dos comerciantes entrevistados (60%), as vendas dobram. Isto devido às festas de final de ano e, principalmente, pelo aumento do número de visitas à região e levam alguma lembrança. Já 25% dos comerciantes citaram o dia das mães e 15% o dia dos namorados como a melhor época de vendas, ambos pelo mesmo motivo, o aumento da cesta, de café da manhã.

Dos produtos artesanais comercializados, somente foi possível estimar a margem de comercialização de apenas quatro produtos. A margem relativa de comercialização desses produtos artesanais fica em média de 65%. O produto com menor margem relativa de comercialização é o caçar, enquanto a arandela, a luminária e a cesta de café apresentaram margem de 67% aproximadamente.

A origem dos produtos de artesanatos compostos de cipó comercializados nos municípios de Ilhéus e Itabuna é em sua maioria de Ilhéus (Figura 1). Dos comerciantes de artesanato entrevistados 63% adquirem esses produtos de artesões do município de Ilhéus, 18% citaram o município de Una, 9,5% Itacaré e o 9,5% Camacã. Ainda comentaram que os artesões

estão escassos e que a maioria deles mora nas roças das redondezas e que somente aparecem para vender os artesanatos uma vez ou outra.

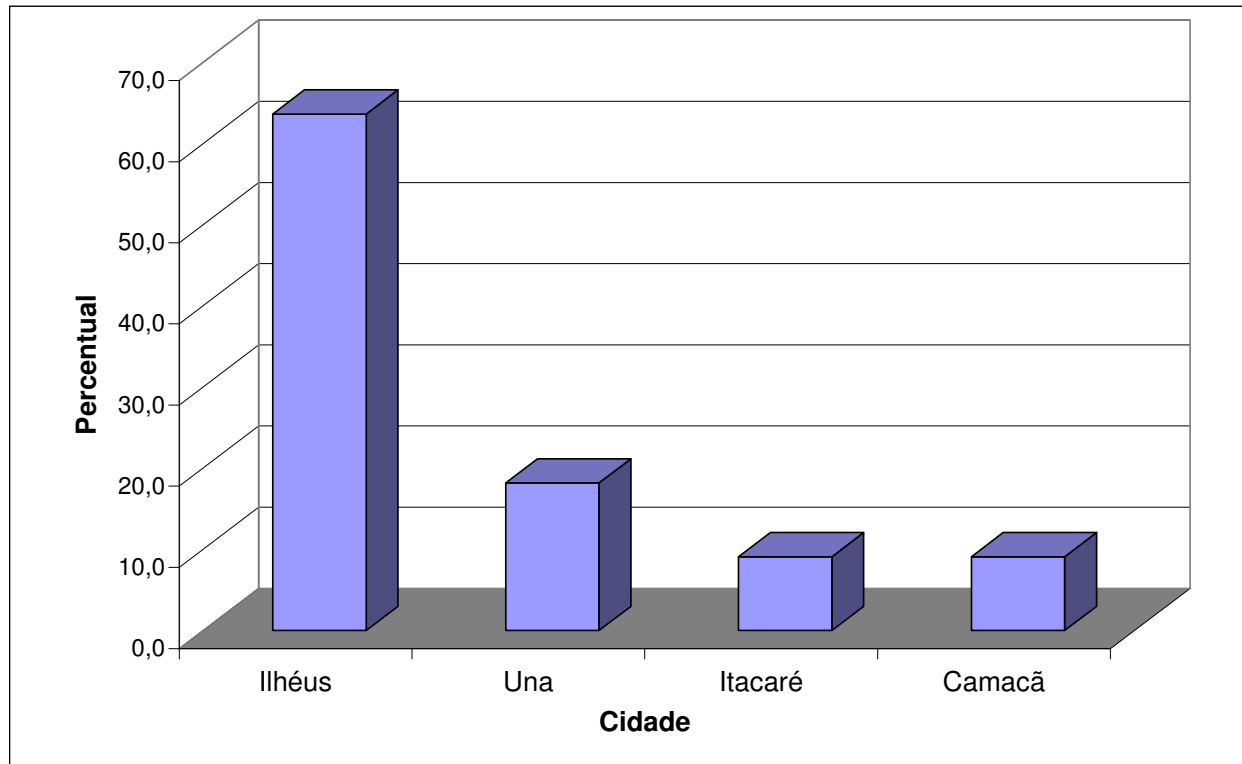


Figura 1 - Origem por município dos produtos de cipó comercializados em Ilhéus e Itabuna, em 2006.

Fonte: dados da pesquisa.

Em relação à renda bruta mensal dos comerciantes com base na venda de produtos artesanais com composição de cipó em Ilhéus e Itabuna, esta foi estimada com base nos preços mínimo e máximo e nas quantidades vendidas desses produtos no inverno, conforme dados fornecidos por estes. A menor renda mínima mensal estimada no inverno foi de R\$ 70,00 e maior de R\$ 31.360,00. Já a menor renda bruta máxima mensal estimada para esse mesmo período foi de R\$ 600,00 e a maior de R\$ 76.800,00. A renda bruta mínima de todos comerciantes com os produtos à base de cipó, no período de inverno, foi de R\$ 72.550,00 e a renda bruta máxima desses foi de R\$ 217.300,00.

Na alta estação, período que engloba os meses de janeiro, fevereiro e março (o verão), segundo os comerciantes entrevistados, as vendas dobram, sendo que a menor renda bruta mínima mensal entre os comerciantes é de aproximadamente R\$ 140,00 e a maior renda baseada no preço mínimo chega a R\$ 62.720,00. Já em relação ao cálculo da renda bruta máxima, no mesmo período, o menor valor fica em torno de R\$ 1.200,00, enquanto o maior valor é de aproximadamente R\$ 153.600,00. Estimando o total da renda bruta mínima, em todo verão (por três meses considerados), com as vendas desse produto pelos comerciantes desses dois municípios, o valor é de R\$ 435.300,00 e o total da renda bruta máxima é de R\$ 1.303.800,00.

Com base nos dados de renda bruta mínima no inverno e no verão, pôde-se estimar a renda bruta mínima anual do ecomércio dos comerciantes de Ilhéus e Itabuna com as vendas de produtos que contêm em sua composição o cipó. Essa renda bruta mínima anual foi de R\$ 1.088.250,00. Desta mesma forma, calcula-se a renda bruta máxima anual destes comerciantes nestes municípios é de R\$ 3.259.500,00.

Quanto aos aspectos ecológicos do uso da matéria-prima desses produtos oriundos da Mata Atlântica, os comerciantes afirmaram que nunca tiveram problema com o IBAMA, ou outro órgão de fiscalização ambiental, pois a maioria dos cipós extraídos da mata se reproduz rapidamente, sendo considerada como ervas daninhas na produção do cacau.

É também unânime a preocupação dos mesmos, em relação aos danos ambientais com as extrações predatórias dos cipós, em especial o cipó imbé que, por nascer nas copas das árvores, o que desce são as raízes, e que se estas não forem extraídas da maneira correta a planta do cipó pode morrer. Isto pode tornar difícil o uso de maneira sustentável dessa planta, impactando negativamente sobre toda a Mata Atlântica do sul da Bahia.

Os comerciantes, em sua maioria, se mostraram dispostos a certificarem seus produtos com o intuito de aumentar suas vendas, principalmente em relação à exportação, grande mercado já explorado por alguns deles. Contudo, reclamam que o processo de certificação é muito burocrático e que precisa ser melhor organizado. Mas que apesar das dificuldades enfrentadas, os comerciantes se dizem interessados na certificação dos seus produtos, mesmo que isso signifique um maior custo. Entretanto, há também dois comerciantes entre os entrevistados que não se importam com a certificação e não fariam questão em obtê-la.

Outra consideração dos comerciantes, em relação à comercialização é a dificuldade de se encontrar artesões que criem peças únicas e diversificadas, ou seja, que tenham mais criatividade.

Quando questionados, sobre o “futuro do negócio”, as opiniões foram diversificadas, por exemplo: um comerciante diz que prevê melhoras e para isso vem se atualizando e procurando novos consumidores pela *internet*, criando seu próprio *site*. Já outro comerciante diz que a tendência é piorar por causa da falta de produtos desse tipo. Enquanto, para um terceiro comerciante, as vendas vão continuar estáveis ainda por muitos anos, de acordo com sua experiência no ramo há 40 anos. Em relação aos demais comerciantes, a perspectiva é de crescimento do ecomércio desse produto, visto que aproximadamente 90% de suas vendas são para exportação e feiras de produtos de decoração.

V. CONCLUSÕES

O artesanato a partir de fibras vegetais (cipó) da Mata Atlântica do Sul da Bahia foi identificado como uma alternativa para diversificação da economia das famílias extrativistas, dos artesões, e dos comerciantes na região, em especial, nos municípios objeto deste estudo, Ilhéus e Itabuna.

Em relação aos artesões pesquisados neste estudo, pode-se verificar que estes se concentram na cidade de Ilhéus, sendo que as rendas dos artesões, de uma forma geral, são maiores no período de alta estação, o verão, pois neste período as vendas chegam a duplicar.

Quanto aos comerciantes, a maioria se concentra em Ilhéus também. Os preços de seus produtos a base de cipó variam conforme o local de venda, a qualidade da matéria-prima, a época e do tamanho do produto. Para a maioria dos comerciantes entrevistados, as quantidades vendidas desses produtos chegam a duplicar no verão. As margens de comercialização desses comerciantes, em média, correspondem a, aproximadamente, metade do preço de compra. Em

relação à origem dos produtos de artesanatos compostos de cipó comercializados nos municípios de Ilhéus e Itabuna, vem em sua maioria de Ilhéus mesmo. Quanto à renda bruta auferida pelos comerciantes, a maior ocorre no período dos meses do verão.

Em termos dos aspectos ambientais envolvidos neste negócio com produtos oriundos da Mata Atlântica, os artesões e comerciantes demonstraram conhecimentos do problema, que pode ocorrer se houver um uso e extração predatória dos recursos desse ecossistema.

As opiniões dos comerciantes sobre a perspectiva para o econeócio utilizando as fibras (cipós) da Mata Atlântica não foram consensuais em termos de tendência. Alguns têm expectativa de crescimento e outros não, isto em função de vários fatores, como a escassez da matéria-prima e incentivos institucionais.

Portanto, em termos de sugestões ou recomendações, propõe-se a criação de políticas públicas para organizar esse setor e prepará-lo para atender melhor as questões ambientais e sócio-econômicas. Em termos ambientais poderia ser tomada a medida de treinamento das pessoas que extraem a matéria-prima da Mata Atlântica, para que fosse de maneira que não trouxesse danos irreversíveis a este ecossistema. E em termos sócio-econômicos, medidas que pudessem melhor organizar o setor com relação à questão trabalhista, com treinamentos na área de artesanato, e econômico em termos de agregação de valor ao produto, seja pela qualidade ou pela maneira de comercializá-lo.

REFERÊNCIAS

AMBIENTE BRASIL. **Brasil é um dos países melhor posicionados para a prática do econeócio**, 2006. Disponível em:

<http://www.agecom.gov.br/FM/noticia_completa.asp?manchete>. Acesso em: 10 jun. 2003.

BINSWANGER, C. H. Fazendo a sustentabilidade funcionar. In: CAVALCANTI, C. (org). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez: Recife:Fundação Joaquim Nabuco, 1997, p. 41-55

CHENERY, Hollis, 1981 citado por SOUZA, N. J. In: **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 1999.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991 Citado por GOULET, D. In: **Desenvolvimento autêntico: fazendo-o sustentável**. In: CAVALCANTI, C. (org). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez: Recife:Fundação Joaquim Nabuco, 1997, p. 72 a 73

CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA. **Recursos Florestais da Mata Atlântica: Manejo Sustentável e Certificação**. São Paulo, 2003.

CONSTANZA, R.. Economia Ecológica: Uma agenda de pesquisa. In MAY, Peter H.; MOTTA, RONALDO S. (orgs). **Valorando a Natureza: Análise Econômica para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1994, p.111-144.

FERREIRA C. H.. **O Ecobusiness Agrícola, 2006**. Disponível em: <<http://www.projetos/ecobusiness%20agricola>>. Acesso em: 30 jun. 2006

GATTO, M., 1995. Citado por BEGOSSI, A. In: Escalas, Economia ecológica e a conservação da biodiversidade. In: CAVALCANTI, C. (org). **Meio Ambiente, Desenvolvimento**

Sustentável e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez: Recife:Fundação Joaquim Nabuco, 1997, p. 66 a 67.

GREGORY, N. M. **Princípios de Microeconomia.** São Paulo. Editora Thomson, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades, 2001.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidade_sat/default.php> Acesso em 02 jun.2006

PETTA, E. **Aprendendo a usar... Recursos Florestais da Mata Atlântica.** São Paulo: Conselho Nacional Reserva Biosfera da Mata Atlântica,1999, P. 32 a 33.

STEELE, H. L.; FILHO, M. F. V.; WELSH, S. R.; **Comercialização Agrícola.** São Paulo: Atlas, 1971, p. 299-313.